DocuSign Envelope ID: 7E74D50E-CDEB-49E9-83C8-2DE464910A89

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.

CNPJ nº 32.064.970/0001-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	65	5
Aplicações financeiras	5	43.460	190.601
Debêntures privadas partes relacionadas	6	938	–
Tributos a recuperar		2.406	1.742
Outros créditos		300	299
Total do ativo circulante		47.169	192.647
Contas correntes a receber de partes relacionadas	6	8.136	–
Debêntures privadas partes relacionadas	6	150.000	–
Ativo fiscal diferido	12 b.	384	959
Depósitos judiciais		234	234
Total do realizável a longo prazo		158.754	1.193
Investimentos		1.529	1.128
Intangível		20	20
Total do ativo não circulante		160.303	2.341
Total do ativo		207.472	194.988

Passivo	Nota	2022	2021
Fornecedores		41	41
Obrigações trabalhistas e sociais	8	660	616
Obrigações fiscais		117	58
Dividendos a pagar	6	1.545	–
Imposto de renda e contribuição social		141	72
Total do passivo circulante		2.504	787
Total do passivo		2.504	787
Patrimônio líquido	9		
Capital social		200.000	200.000
Reservas de lucros		4.968	–
Prejuízos acumulados		–	(5.799)
Total do patrimônio líquido		204.968	194.201
Total do passivo e patrimônio líquido		207.472	194.988

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Despesas administrativas e gerais	9	(856)	(677)
Outras receitas operacionais		156	1
Resultado de equivalência patrimonial	7	(2.242)	(83)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(2.942)	(759)
Receitas financeiras	11	23.491	6.557
Despesas financeiras	11	(1.094)	(306)
Resultado financeiro		22.397	6.251
Resultado antes dos tributos		19.455	5.492
Imposto de renda e contribuição social	12 a.	(7.151)	(1.849)
Lucro líquido do exercício		12.304	3.643

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	12.304	3.643
Resultado abrangente total	12.304	3.643

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		200.000	–	–	(9.442)	190.558
Lucro líquido do exercício		–	–	–	3.643	3.643
Saldos em 31 de dezembro de 2021		200.000	–	–	(5.799)	194.201
Lucro líquido do exercício		–	–	–	12.304	12.304
Ganho de diluição de participação societária em controladas		–	–	8	–	8
Destinação:						
Reserva Legal	9 b.	–	325	–	(325)	–
Dividendos mínimo obrigatório	9 c.	–	–	–	(1.545)	(1.545)
Lucros retidos	9 d.	–	–	4.635	(4.635)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		200.000	325	4.643	–	204.968

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		19.455	5.492
Ajustes para:			
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	11	(23.341)	(6.495)
Resultado de equivalência patrimonial		2.242	83
		(1.644)	(920)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/Diminuição dos ativos			
Tributos a recuperar		1.040	199
Outros créditos		(1)	2
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		–	4
Obrigações trabalhistas e sociais		44	(532)
Obrigações fiscais		59	45
Outras contas a pagar		–	(4.400)
Imposto de renda e contribuição social pagos	12 a.	(3.701)	(313)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(4.203)	(5.915)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas		(3.041)	(34.402)
Juros recebidos		18.075	2.078
Aporte de capital em controladas		(163)	–
Contas correntes líquida - partes relacionadas	6	(8.136)	38.366
Aplicação em fundo para investimento		(2.480)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		4.255	6.042
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos pagos		–	(126)
Ganho na diluição na participação societária		8	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		8	(126)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		60	1
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	5	4
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	65	5
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		60	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Aegea Desenvolvimento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em 06 de novembro de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia é a controladora direta da Ambiental Crato, no entanto, não apresenta demonstrações financeiras consolidadas uma vez que a sua controladora, a Aegea Saneamento, apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A ausência das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia está alinhada aos requisitos descritos no item 4 do CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 10 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Definição de vida útil do ativo intangível; • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 12). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Investimentos: Nas demonstrações financeiras da Companhia, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. b) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *(i) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *(ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(iv) Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *(v) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e debêntures privadas. As despesas financeiras abrangem impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS). c) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. d) Redução ao valor recuperável (impairment): *(i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • A desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *Contas a receber e ativos contratuais:* A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 13. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. e) Benefícios a empregados: *(i) Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor do pagamento esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde:* A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. f) Tributos: *(i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Imposto corrente:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Imposto diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. g) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são validas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez: Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez. IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento'para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício. IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 -Ativo Biológico e Produto Agrícola): Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. h) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • IFRS 17 - Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos conta movimento	65	5

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2022	2021
Aplicações pós-fixadas	–	47.599
Fundo de Investimento Safira	16.113	57.026
Fundo de Investimento Caixa Topázio	27.347	54.560
Fundo de Investimento Turquesa	–	31.416
	43.460	190.601

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos fundos de investimento é em média 101,80% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99,52% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A carteira dos fundos de investimentos onde a Companhia detém cotas, corresponde a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. Todos os fundos são registrados junto à CVM. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa n° 13 - Instrumentos financeiros.

6. Transações com partes relacionadas

Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

continua→★

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 16/03/2023 | 23:40:01 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 7E74D50E-CDEB-49E9-83C8-2DE464910A89

continuação

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Ativo circulante		
Debêntures privadas partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	938	–
Ativo não circulante		
Contas correntes a receber de partes relacionadas		
Ambiental Crato Concessionária de Saneamento SPE S.A. (a)	8.136	–
Debêntures privadas de partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	150.000	–
	159.074	–
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	1.545	–

(a) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no ativo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa. (b) Os valores referem-se à emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2022, com vencimento em dezembro de 2025, atrelado ao CDI, para distribuição privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

7. Investimentos

a) Composição dos saldos:

	2022	2021
Investimentos	1.529	1.128

b) Composição dos investimentos:

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2022	Investimento em 31 de dezembro de 2022
Fundo Guaiba	3.000	40,00%	3.009	86	146	2.923	1.169
Fundo Santense	1.000	20,00%	243	49	(696)	194	39
Crato	2.481	100,00%	13.272	12.951	(2.161)	321	321
						Valor do investimento em 31 de dezembro de 2022	1.529

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2021	Investimento em 31 de dezembro de 2021
Fundo Guaiba	3.000	40,00%	2.864	81	144	2.783	1.113
Fundo Santense	500	40,00%	89	52	(350)	37	15
						Valor do investimento em 31 de dezembro de 2021	1.128

c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	Investimento em 31 de dezembro de 2021	Equivalência patrimonial	Aumento de capital e AFAC	Outros	Investimento em 31 de dezembro de 2022
Fundo Guaiba	1.113	58	–	(2)	1.169
Fundo Santense	15	(140)	–	164	39
Crato	–	(2.160)	2.481	–	321
	1.128	(2.242)	2.481	162	1.529

	Investimento em 31 de dezembro de 2020	Equivalência patrimonial	Investimento em 31 de dezembro de 2021
Fundo Guaiba	1.056	57	1.113
Fundo Santense	155	(140)	15
	1.211	(83)	1.128

8. Obrigações trabalhistas e sociais

	2022	2021
Participação nos lucros	80	60
Provisão de férias	46	35
Encargos sociais	534	521
	660	616

9. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social integralizado é de R$ 200.000 e está representado por 200.000.000 (duzentos milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A acionista integralizou o valor de R$ 199.980 em moeda corrente e R$ 20 em intangível com Acervo Técnico. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. c) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2022
Lucro líquido do exercício	12.304
Compensação de prejuízos acumulados	(5.799)
Lucro líquido após compensação de prejuízos	6.505
(–) Constituição da reserva legal	(325)
Lucro líquido ajustado	6.180
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	1.545
Dividendos destinados no exercício	
Dividendos destinados do resultado do exercício	1.545

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 1.545. d) Reserva de retenção de lucros: A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária

10. Despesas por natureza

	2022	2021
Pessoal	(617)	(540)
Serviços de terceiros	(53)	–
Publicidade e Propaganda	(22)	–
Outras despesas	(164)	(137)
	(856)	(677)

11. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas		
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	23.341	6.495
Outras receitas financeiras	150	62
Receitas financeiras	23.491	6.557
Despesas		
Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS)	(1.093)	(305)
Despesas e comissões bancárias	(1)	(1)
Despesas financeiras	(1.094)	(306)
Resultado financeiro	22.397	6.251

12. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está apresentada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	19.455	5.492
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(6.615)	(1.867)
Resultado de equivalência patrimonial	(762)	(28)
Reversões (Despesas) indedutíveis	53	(9)
Doações Rouanet e Caráter desportivo	148	26
PAT	–	5
Outras diferenças permanentes	25	25
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(6.576)	(1.281)
Diferido	(575)	(568)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7.151)	(1.849)
Alíquota efetiva	37%	33%

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2022	2021
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(6.576)	(1.281)
Saldo pagos referente a anos anteriores	(72)	–
Antecipação do IRPJ e CSLL	(107)	–
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	3.054	968
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(3.701)	(313)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	2.913	896
Imposto de renda e contribuição social a pagar	141	72
Total	3.054	968

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	Resultado	2022
Provisão para participação nos lucros	188	7	195
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	771	(582)	189
Ativo fiscal diferido	959	(575)	384

	2020	Resultado	2021
Provisão para participação nos lucros	370	(182)	188
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.157	(386)	771
Ativo fiscal diferido	1.527	(568)	959

13. Instrumentos financeiros

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2022	2021
Bancos conta movimento	4	65	5
Aplicações financeiras	5	43.460	190.601
		43.525	190.606

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022		
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses
Passivos			
Fornecedores	41	41	41
Dividendos a pagar	1.547	1.547	1.547
	1.588	1.588	1.588

	2021		
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses
Passivos			
Fornecedores	41	41	41
	41	41	41

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2022	2021
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	43.460	190.601

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2022	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	43.460	Variação do CDI	13,65%	5.932	7.415	8.898	4.449	2.966

Gerenciamento do capital:

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a aplicações pós-fixadas e a fundos de investimentos.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2022	Valor contábil 2021	Valor Justo 2022	Valor Justo 2021
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	Nível 2	65	5	65	5
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	43.460	190.601	43.460	190.601
Total				43.525	190.606	43.525	190.606
Passivo							
Fornecedores		Custo amortizado	Nível 2	41	41	41	41
Dividendos a pagar	6	Custo amortizado	Nível 2	1.545	–	1.545	–
Total				1.586	41	1.586	41

Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

14. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

DIRETORIA

Radamés Andrade Casseb
Diretor da Companhia

Yaroslav Memrava Neto
Diretor da Companhia

CONTADOR

Vinicius Saraiva Caraça Benedito
CRC SP 295505/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Aegea Desenvolvimento S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Aegea Desenvolvimento S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de março de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP027623/F
José Antonio de A. Navarrete
Contador - CRC-1SP198698/O-4

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 16/03/2023 | 23:40:09 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/